

---

## Editorial

Qual é o papel do direito em contextos de crise? Essa pergunta é simultaneamente tormentosa e incontornável. O cenário político brasileiro atual demonstra como as instituições constitucionais são constantemente testadas em sua força. Por outro lado, nunca os brasileiros estiveram tão familiarizados com as questões jurídicas e políticas. Há uma nova linguagem no debate político, que habita as páginas dos jornais, as redes sociais e os almoços de família, que se manifesta por novos canais e formatos de expressão.

A conjuntura política nacional foi atípica em 2016. O processo de impeachment de Dilma Rousseff foi o destaque das manchetes, dividindo espaço com o afastamento do então Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Diante desse cenário de efervescência, o que dizer sobre o Poder Judiciário brasileiro, mais precisamente o Supremo Tribunal Federal (STF)? É persistente o protagonismo da Corte, ainda que sua imagem esteja sendo continuamente testada pela inevitável intervenção em assuntos políticos.

Nesse contexto em que o próprio Direito é colocado à prova em sua capacidade de produzir estabilidade política e social, as pesquisas científicas revelam-se um espaço privilegiado para o diagnóstico e o prognóstico dos problemas existentes e que precisam ser enfrentados. Uma abordagem crítica é pressuposto para que o Direito mantenha algum grau de autonomia em relação à política, bem como para delimitar sua real dimensão em meio aos processos que avançam sobre ele.

A interpretação constitucional é tema transversal nos artigos integrantes da presente edição da revista, que o examinam tanto sob o enfoque nacional, quanto supranacional. Os direitos fundamentais também se fazem presente, em reflexões sobre os instrumentos processuais disponíveis para concretizá-los e sua fundamentação adequada.

Esta edição da revista Publicum contempla, ainda, a valiosíssima entrevista com a Professora Débora Diniz, cujo assunto central é a (des)igualdade de gênero e o papel do Direito e do Poder Judiciário na afirmação dos direitos das mulheres. A temática do aborto

ganha especial destaque, com enfoque na epidemia do vírus zika que, mesmo já tendo deixado um rastro de sofrimento e destruição, sobretudo no Nordeste brasileiro, parece não mais ocupar o devido espaço na pauta política, jurídica e midiática do país

Reiteramos, assim, o compromisso da Revista em divulgar produções acadêmicas que sejam capazes de (re)interpretar o fenômeno jurídico à luz do contexto político. Os artigos que integram a presente edição se destacam não apenas por sua abordagem crítica, mas também pela interdisciplinaridade e pela formação plural de seus autores.

Estamos esperançosos de que a presente edição aguçe a curiosidade dos leitores e que seja capaz de trazer contribuições para a compreensão do Direito nos dias atuais.

Boa leitura!

**Jane Reis Gonçalves Pereira**

Professora Adjunta de Direito  
Constitucional da Faculdade de  
Direito da UERJ

**Matheus Henrique dos Santos da Escossia**

Mestrando em Direito Público pela UERJ